

Comunicação alternativa e suas contribuições pedagógicas

Bruna Letícia Santos de Oliveira ⁽¹⁾

Data de submissão: 1º/4/2020. Data de aprovação: 17/4/2020.

Resumo – O texto apresentado tem por objetivo refletir sobre o uso de softwares de comunicação alternativa, buscando enfatizar a sua relevância na aprendizagem e comunicação dos alunos com algum tipo de defasagem ou necessidade de comunicação e escrita funcional. Como metodologia adotada foram utilizados relatos reflexivos sobre um aluno com paralisia cerebral e a adaptação e construção de conteúdo através de PCS, que são símbolos de comunicação construídos em softwares *boardmaker*, além de pesquisa bibliográfica analisada de forma exploratória e bibliográfica. As reflexões apresentadas apontam a importância do uso de novas tecnologias como instrumento pedagógico de trabalho para os educadores em sala de aula e também ferramenta de comunicação e acessibilidade para alunos com diferentes dificuldades, sendo elas temporárias ou não.

Palavras-chave: Boardmaker. Comunicação. Educação. Pedagogia. PC.

Alternative communication and its pedagogical contributions

Abstract – This paper aims to reflect on the use of alternative communication software, seeking to emphasize its relevance in the learning and communication of students with some type of violation or need for communication and functional writing. As methodology, reflective reports about a student with cerebral palsy and the adaptation and construction of content through by PCS - Picture Communication Symbols - which are communication indicators built by software manufacturers, were used. In addition to bibliographic researches analyzed in an exploratory and bibliographic way. The reflections presented point to the importance of using new technologies as a pedagogical work tool for educators in the classroom and also a communication and accessibility tool for students with different difficulties, whether temporary or not.

Keywords: Boardmaker. Communication. Education. Pedagogy. PC.

Introdução

Neste artigo pretende-se ratificar a importância da comunicação alternativa como forma de instrumento pedagógico para os professores. O uso de novas tecnologias ajuda no processo de inclusão de diferentes alunos com diferentes graus de dificuldade nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência, seja temporária, seja permanente. Partindo da ideia inclusiva, dado que o desenvolvimento do ser humano se dá a partir de interação e comunicação, o estreitamento das relações pessoais e de conhecimento permite o desenvolvimento cognitivo do sujeito. A partir desse princípio, a comunicação é peça importante no processo de interação ocorrido na vida de um indivíduo, principalmente em sua infância, compreendendo a comunicação alternativa aumentativa (CAA) como uma ferramenta de complementação das capacidades de comunicação já existentes do indivíduo. Como parte inicial do processo de inserção de comunicação aumentativa, utiliza-se Picture Communication Symbols (PCS), elas são figuras que servem de base para comunicação e formação de frases, baseados em figuras e frases do cotidiano da criança de modo manual, é uma prática adotada

¹ Graduada em pedagogia (MODULO), estudante de Matemática (UNIVESP), estudante de Terapia Ocupacional (UNINGA), Pós-graduada em AAE - Atendimento Educacional Especializado (FCE).
*bruna.leticia95@gmail.com.

em salas de aulas e recursos por todo o país. As Picture Communication Symbols são divididas em pranchas com determinadas subdivisões de temas e classificações semânticas. Esse tipo de prática requer tempo de pesquisa, classificação e tempo útil, e muitas vezes acabam sendo incompletas, rudimentares e limitadas às necessidades da criança. Para esses alunos com limitações na comunicação, faz-se necessária a busca de alternativas para auxiliar os métodos já existentes, contribuindo diretamente para uma aprendizagem mais efetiva que possa disponibilizar uma comunicação superior com seu ambiente social e educacional. Ao utilizar pranchas de comunicação e softwares de computadores, a escola precisa ter como meta suprir as demandas dos alunos fazendo tudo o que estiver ao alcance para abranger as demandas educacionais, empregando, quando for preciso, novas práticas, adaptando-se às necessidades específicas de cada um. Inúmeros são os aspectos que precisam ser pensados no instante da inclusão, e a comunicação alternativa é uma delas: criar uma maneira que possa dar voz e oportunidade aos que não são oralizados, para que possam construir suas escolhas e demonstrar suas necessidades e pensamentos de forma transparente. Esse tipo de tecnologia vem sendo requisitado com mais frequência nos ambientes clínicos do que educacionais, de modo geral, porém a aquisição de novas práticas pedagógicas tem se provado eficiente para a adoção de novas ferramentas de adaptação em sala de aula, permitindo uma evolução em seu desenvolvimento escolar e social.

A maior contribuição que se pretende com a explanação desta pesquisa é apresentar a comunicação alternativa como uma ferramenta que permite que a criança se sinta incluída nas atividades escolares, que não seja excluída de nenhuma forma em âmbito escolar e social. Neste artigo, apresenta-se como esse tipo de comunicação provou ser eficiente no cotidiano escolar, que a comunicação vai além de permitir expressar-se de forma clara, mas acompanha uma qualidade de vida e interação social dentro e fora da escola, pois o indivíduo se torna um sujeito ativo em suas atividades cotidianas, expressando seus medos, desejos e sentimentos, sendo entendido pelo seu entorno.

A história da educação inclusiva

Para entender o padrão de educação inclusiva adotado nas escolas atualmente, precisa-se compreender que durante a história as pessoas com qualquer tipo de deficiência foram incluídas gradativamente em diversas instituições por meios assistencialistas. Já especificamente para acolher e incluir essas pessoas, em 1994 a Declaração de Salamanca apresentou-se mundialmente como um dos documentos mais importantes redigidos sobre o tema. O princípio que orienta essa estrutura é o de humanização: as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (SALAMANCA, 1994).

Mantoan (2001) enfatiza que essa estrutura de ação em educação especial foi adotada pela Conferência Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994.

A Conferência teve como intuito informar sobre as políticas, princípios e práticas e encaminhar ações na efetivação da Declaração de Salamanca. No excerto que se segue, pode-se distinguir a preocupação em oferecer uma educação de qualidade às pessoas com necessidades especiais, mostrando que a escola é quem deve adaptar-se a esses educandos e a relevância de haver sempre um trabalho em parceria.

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades. (SASSAKI, 1997, p. 121)

A Declaração diz que o grande desafio da escola inclusiva é ampliar uma pedagogia centrada na criança, atendendo todas e incluindo aquelas que possuam alguma desvantagem severa, tanto cognitiva quanto física. Ao conseguirmos essa efetiva inclusão dentro da sala de aula, a escola não tem apenas o mérito de oferecer uma educação de qualidade, mas de implantar a Educação Inclusiva para fomentar um ambiente que acabe com atitudes discriminatórias, criando, assim, uma comunhão mais acolhedora, respeitando todos.

Outro fato relevante na história da Educação Inclusiva foi a realização da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala), aprovada em maio de 1999.

A conferência vem reassegurar que todos os seres humanos nascem com os mesmos direitos, inclusive o de não ser subjugado a qualquer forma ou manifestação de discriminação, pois são iguais diante da lei, igualmente no que diz respeito à dignidade.

O termo discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência “significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (GUATEMALA, 1999)

Em outubro de 2004, em Montreal, no Canadá, a Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual coloca suas ações para as pessoas com necessidades intelectuais. A convenção ratifica que essas pessoas têm todos os direitos básicos e liberdades fundamentais que outros seres humanos, proporcionalmente ao descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1º, que afirma a capacidade de deliberação sobre suas vidas. Todas as pessoas com deficiências intelectuais são cidadãos plenos, iguais perante a lei, e como tais devem exercer seus direitos com base no respeito às diferenças, escolhas e decisões individuais (MONTREAL, 2004). A Declaração apresenta que muitas dessas pessoas podem apresentar dificuldades para tomar tais decisões, mas isso não impede que acertem nas que visem aperfeiçoar seu desenvolvimento individual e interpessoal, conforme os relacionamentos comunitários e a sociedade em que estão inseridas.

Mazzotta (2001) destaca que no Brasil, em consequência das poucas ações estatais com relação à Educação Especial, começaram a surgir algumas instituições privadas especializadas no atendimento dessas pessoas. Essas instituições vieram para preencher o espaço vazio da Educação Especial no ensino brasileiro, sendo a primeira delas o Instituto Pestalozzi, criado em 1926 no Rio Grande do Sul.

Em 1954, na cidade do Rio de Janeiro, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que se destacou no país pelo seu pioneirismo e pela luta em defesa das pessoas com necessidades especiais (MAZZOTTA, 2001).

Atualmente existem mais duas mil APAEs distribuídas pelos municípios brasileiros, mantendo sua função de atuar na área da educação inclusiva e fomentar a prevenção, reabilitação, habilitação e inclusão social e produtiva das pessoas com deficiência mental.

Segundo Mazzotta (2001), somente em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada sob o número de Lei nº 4.024, é que o cuidado com a Educação Especial ocorreu de forma mais abrangente no Brasil. Ela vai tratar da Educação Especial em dois artigos: no artigo 88, que propõe o atendimento ao deficiente dentro das possibilidades na educação regular, e no artigo 89, que garante o apoio financeiro às instituições consideradas eficientes.

Dois anos depois da proclamação da Constituição de 1988, que já estabelecia os princípios básicos da garantia de direitos da criança e do adolescente, adveio a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 1996 é aprovada a nova LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A nova LDB coloca a Educação Especial

como uma modalidade de ensino, estabelecendo Diretrizes Curriculares específicas para cada uma das diferentes modalidades, visando sempre à inclusão de todos por meio de uma educação que respeite as diferenças e a diversidade de diferentes naturezas, com qualidade oferecida a todas as pessoas, sem qualquer separação. Cabe destacar que o ECA, para os efeitos dessa lei, considera criança a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos.

Art. 3º A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

A nova LDB, Lei nº 9.394/1996, apresenta a educação como dever da família e do Estado. Em seu artigo 58, a lei estabelece que deve haver atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com necessidades especiais, de preferência no ensino regular: “Entende-se por educação especial para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”.

No discurso atual, quando se fala em uma parceria do Estado com as instituições privadas, pode-se notar certa contradição, uma vez que é dever do Estado oferecer um ensino gratuito de qualidade a todos os cidadãos. Não cabe, assim, a qualquer instituição privada, e sim ao próprio Estado, resolver as questões sociais do país. Segundo Gaio e Meneghetti (2004, p. 37):

Atualmente encontramos a presença de um discurso que exalta a formação de associações privadas para assumir as funções sociais. Se concebermos o acesso ao ensino como um direito público subjetivo, podemos dizer que a presença das instituições assistências, responsabilizando-se por serviços de atendimento de setores educacionais, através de ações de “parceria”, colaboram para o afastamento do gradativo do Estado em relação a responsabilidade sobre essa obrigação.

Segundo Mantoan (2002), a inclusão é uma inovação cujo sentido tem sido muito distorcido. É um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficit permanentes ou temporários mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação, como diz a Constituição.

Para que a inclusão de crianças que possuem algum tipo de deficiência aconteça especificamente, é essencial que as escolas se adaptem a essas crianças, desenvolvendo estruturas que atendam às suas necessidades em sua totalidade e oferecendo a elas um ambiente adequado a uma aprendizagem de qualidade.

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada. (GAIO; MENEGHETTI 2004, p. 81)

Os professores precisam se atualizar continuamente sobre o tema, portanto, para conseguir trabalhar cada aluno individualmente, simultaneamente, com os métodos adequados, respeitando suas limitações e desenvolvendo suas habilidades. Apenas dessa maneira será possível que todos os documentos que foram redigidos no decorrer dos anos se concretizem na prática, porquanto o acesso ao saber e à educação é um direito inalienável de todos.

No passar de todos esses anos, foi possível constatar certo progresso no que diz respeito à Educação Inclusiva. Embora se tenha conhecimento de que a inclusão ainda não ocorre de fato em todas as instituições, um grande passo já foi dado, e, na realidade atual da educação, é preciso praticar a inclusão de maneira efetiva dentro das salas de aula, para que as pessoas com

necessidades especiais não sejam mais discriminadas e impossibilitadas de interagir com o meio em que estão inseridas, tornando-se membros ativos da sociedade.

Tecnologia assistiva e suas contribuições pedagógicas

Classificam-se tecnologias assistivas como materiais e produtos que ajudam indivíduos com algum tipo de necessidade na realização de atividades cotidianas. Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas, Corde/SEDH/PR, 2007:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Comitê de Ajudas Técnicas, Corde/SEDH/PR, 2007)

Tecnologia assistiva está ligada diretamente a produtos e funcionalidades diversas que auxiliam no desenvolvimento de algumas tarefas, privilegiando assim a autonomia e a independência de seus usuários. Tecnologia assistiva vai muito além das funções comunicativas e das diferentes adaptações, auxiliando no desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e afetivas. Quando um trabalho efetivo com sistema de comunicação ocorre dentro de sala, o professor desenvolve não só habilidades cognitivas, mas motoras e espaciais, além de conceitos que vão desde postura a coordenação motora. O educador que faz uso dessa ferramenta em sua prática compreende a importância dessa aplicação na obtenção de resultados relativos ao desenvolvimento do seu aluno. As tecnologias assistivas, em especial a Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA), não se trata apenas de um método, mas uma ferramenta multie diversa que auxilia no desenvolvimento de diversas áreas e habilidades. Deve-se ter muito claro que os trabalhos pedagógicos pautados na utilização dessas ferramentas tecnológicas devem ser respaldados por profissionais de diversas áreas, como terapeutas, fonoaudiólogos e psicopedagogos, para que o trabalho em sala de aula seja complementar entre as áreas, abrangendo o aluno em seu total. A utilização de CAA permite não apenas um desenvolvimento pedagógico, mas a inserção dessa criança em um grupo social, além de todas atividades cotidianas ao seu redor. A capacidade de comunicação possibilita a um indivíduo ações autônomas e sociais além de uma valorização pessoal que *a priori* não era alcançada sem a comunicação em sua vida. Em ambiente escolar, a adaptação dessa nova tecnologia ultrapassa as demandas do aluno e se torna uma questão a ser trabalhada com todos os seus colegas de sala, de modo que a turma ganha um colega ativo e participativo em todas as decisões, podendo expressar suas vontades e desejados.

A comunicação alternativa abrange diferentes ferramentas, podendo ser elas símbolos, gráficos, linguagem, objetos, expressões faciais e corporais e comunicação digital. Ela é considerada uma área que funcionalmente se propõe a compensar temporária ou permanentemente a dificuldade do indivíduo em se comunicar ou realizar qualquer tipo de tarefa, possibilitando, assim, um ganho pedagógico e de liberdade em diversas áreas da sua vida. De acordo com Sasaki (2003 p. 41), inclusão social é “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais”, no qual, juntos, sociedade e os excluídos buscam procurar soluções e ações para que todos possam ter as mesmas oportunidades. Mas o autor ainda destaca que a sociedade precisa transformar seu modo de pensar e agir, pois somente ela possui a capacidade de atender às necessidades e ao desenvolvimento de seus membros. Sendo assim, possibilitar a comunicação a um indivíduo é permitir que ele tenha uma participação social ativa, permitindo valer-se de seus direitos preestabelecidos.

Materiais e métodos

A organização desta pesquisa se dá a princípio no ano de 2015, partindo de um trabalho de apoio pedagógico de um aluno do primeiro ano de uma escola pública no município de Ilhabela (SP), juntamente com uma pesquisa bibliográfica. O aluno em questão tem um grau de paralisia cerebral que compromete a sua possibilidade de fala. O quadro do aluno, apesar de apresentar inúmeras possibilidades de evolução e ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar capacitada, era cheio de preconceitos estabelecidos por uma incrível gama de pessoas que o cercavam em diferentes ambientes e que o rotularam como sujeito limitado. Tais ideias foram sendo derrubadas diante de uma família participativa e um aluno com enormes possibilidades de evolução dentro do seu campo cognitivo. Segundo Manzini (2006, p. 4).

[...] comunicação alternativa e/ ou suplementar vem sendo utilizada para designar conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência, ou alguma outra situação momentânea que impede a comunicação com as demais pessoas por meio dos recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala.

No primeiro momento para adaptação e construção das primeiras pranchas de comunicação, divide-se o trabalho em três partes. A primeira parte, denominada questionamento, era inicialmente formada de perguntas simples que permitiam que o aluno trabalhasse a sua capacidade de expressar-se com ideias simples de sim ou não. Para a construção dessa primeira prancha, utilizou-se o software *boardmaker* chamado Livox. Inicialmente, o trabalho era norteado seguindo as expressões de sim ou não, pelas figuras do seu cotidiano, figuras limitadas, porém essenciais para o trabalho inicial, o que possibilitou entender as limitações e possibilidades que poderiam ser trabalhadas durante o processo de trabalho.

O segundo passo, denominado afirmação, consistia em inseri-lo em todas as atividades possíveis e fazê-lo experimentar todas as experiências escolares, para que esse aluno pudesse criar preferências e aversões e, dessa maneira, expressar seus sentimentos e vontades sobre os eventos cotidianos a seu redor, subdividindo-se assim novas categorias e possibilidades de expressões em seu vocabulário.

Por fim, o terceiro passo, chamado de acolhimento, que consistia em inserir todos os alunos do cotidiano escolar e suas rotinas funcionais dentro das pranchas de comunicação.

Nesse passo também se inicia a construção de frases utilizando-se verbos, adjetivos e conexões para que as frases sejam as mais claras possíveis, além de passíveis de entendimento não somente pelos educadores que acompanhavam aluno, mas também pelos colegas que partilhavam de suas atividades diárias.

A inserção desse sistema de comunicação possibilitou que o aluno tivesse não apenas ganhos pedagógicos, mas também sociais e psicomotores. É importante enfatizar que o uso desse tipo de ferramenta pedagógica não traz apenas uma melhora no desempenho escolar, mas também nas relações cotidianas e interpessoais, permitindo a criação de novos laços e vínculos. Como se pode observar, o trabalho de inserção e adaptação desse tipo de tecnologia não é apenas em ambiente escolar, mas se trata de um conjunto que envolve uma gama de profissionais que, apoiados por atitudes relevantes e coordenadas para o envolvimento de diferentes áreas de trabalho, ajudam a contemplar em sua totalidade as necessidades desse aluno. Após os passos mencionados acima, pode-se observar que o aluno apresentou uma melhora significativa em seu desenvolvimento pedagógico, podendo, assim, realizar as atividades propostas, que, em alguns casos, dispensava a adaptação antes requerida em algumas lições diárias, além de possibilitar aos colegas de sala uma maior possibilidade de interação e participação com esse aluno. A comunicação permite que barreiras sejam quebradas e desafios se tonem menos assustadores para os indivíduos com alguma limitação, seja física, seja cognitiva, permitindo, assim, que sua vida escolar seja muito mais que um processo de

socialização silenciosa e se torne um mundo de descobertas e ganhos que permite evoluções psicomotoras, fazendo-o um sujeito ativo em sua vida cotidiana dentro e fora da escola.

Resultados e discussões

Todo tipo de material didático deve cumprir o aspecto pedagógico básico, que é ser um agente facilitador no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Compreender que as tecnologias são um material didático primordial para o desenvolvimento e funcionamento pedagógico proporciona ao professor que seu trabalho apresente resultados claros junto a seu aluno. A qualidade da relação do quadro multidisciplinar com a família é, em resumo, um fator muito importante para o sucesso do trabalho de efetivação de recursos de CAA.

Na escola, pode-se observar que a implementação desse método traz importantes resultados na qualidade de vida dos alunos que aderem a esse tipo de ferramenta, cuja utilização é corroborada pelos fatores inclusivos. Entende-se que para a construção de uma escola inclusiva precisa-se criar possibilidades de socialização desse aluno de maneira efetiva, e isso só ocorre quando há a união de todos os profissionais que trabalham com esse aluno. Com o empenho da equipe de forma colaborativa, através dos professores do ensino regular e do ensino especial e entre professores multidisciplinares, os alunos que necessitam de formas alternativas de comunicação rapidamente terão resultados significativos alcançados. Faz-se necessário para executar um trabalho que abranja não apenas fatores pedagógicos, mas sociais e de comunicação fora do ambiente escolar. Como foi apresentado, o processo de comunicação possibilita ganhos não apenas pedagógicos, mas também de autoestima. Segundo Lima (2015, p. 28-45.):

Observações das interações mostram que as mensagens dos usuários de CAA não são resultados do ensino através de modelagem, mas resultado de um processo de negociação entre o indivíduo e o seu interlocutor de construção gradual de significados através de sucessivas tentativas. Assim, comunicação não é um traço intrapessoal, mas uma construção interpessoal.

Assim, infere-se que possibilitar a comunicação é fomentar um trabalho de quebra de barreiras, não só do aluno usuário, mas também de todo o seu entorno, criando uma cultura de vínculo entre todos que o norteiam. O processo de comunicação por meio de tecnologia assistiva consiste em apresentar aquilo que o indivíduo deseja falar, expressando-se através de imagens e imagens contidas em sua prancha de comunicação, física ou digital. O ato de apontar para os símbolos sofre variação de acordo com o grau de comprometimento físico motor que a criança apresenta. A implementação desse tipo de sistema de comunicação em âmbito educacional proporciona ao aluno ganhos cognitivos que permitem a ele fazer-se presente dentro de sua sala e nas atividades que antes pareciam uma tarefa árduas e complexas, mas, com o simples ato de comunicar-se, tornam-se simples e mais fáceis.

Abordou-se aqui como a comunicação para a criança com deficiência é um agente libertador que propicia ganhos cognitivos, sociais e pedagógicos para os alunos, gerando, assim, um ganho na qualidade de vida.

Diante do exposto, reconhece-se que o ato de comunicação tem a capacidade de derrubar barreiras estabelecidas pela deficiência e pode ser uma poderosa ferramenta inclusiva ilimitada, pois são inúmeras as possibilidades do uso desse recurso como ferramenta no trabalho diário em uma sala de aula. Dessa forma, entende-se que a inserção de ferramentas de comunicação faz parte de um processo longo que abrange não apenas o aluno, mas todos os que o cercam, e, com o decorrer do processo, vai apresentar resultados importantes e essenciais para o trabalho escolar.

Considerações finais

Pode-se perceber que a inclusão de alunos pode ser feita com o uso de softwares de comunicação alternativa, pois estes apresentam satisfatória relevância na aprendizagem e na comunicação de alunos com diferentes graus de dificuldades, exigindo a reavaliação de ideias e paradigmas sobre limite e inclusão. Dessa forma, para um permanente trabalho de inclusão desse educando, não se pode se adstringir apenas às necessidades educacionais, pois entendimento não se limita exclusivamente ao ato de conversar, excedendo as barreiras impostas pela deficiência, criando um relacionamento de autarquia entre a criança e o mundo a sua volta, cabendo ao docente ser agente transformador para um processo de inclusão efetivo e funcional. Destaca-se que esse processo não se trata de um instrumento que será usado unicamente dentro de sala de aula, mas irá acompanhá-lo durante seu convívio social. A comunicação alternativa provou-se uma ferramenta eficaz que, se trabalhada da maneira correta, apresenta resultados incriveis na inclusão social e pedagógica, diante das possibilidades incontáveis na educação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. **Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), 2007a.** Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/Comitê%20de%20Ajudas%20Técnicas/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.doc. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL, Constituição. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 9, 2001.**

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, N. M. de. **Legislação Federal Básica na Área da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão.** São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar:** eis a questão - explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MAZZOTA, Marcos J. Silveira. **Educação Especial no Brasil:** histórias e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 208 p.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas para a educação:** equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com

deficiência física: recursos para a comunicação alternativa. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, fascículo 2, 2006.

LIMA, Maria do Socorro Castelo Branco Mourão. Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) na perspectiva da Educação Inclusiva de deficientes intelectuais: uma abordagem da Teoria Histórico Cultural (THC). **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 13, p. 28-45.

DE SALAMANCA, DECLARAÇÃO. Princípios, políticas e prática em educação especial. **Espanha:[Sn]**, 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, L.S. Fundamentos de Defectologia. *In*: VYGOTSKY, L.S. **Obras completas**. Habana: Editorial Pueblo y Educación, t. 5, 1989.